

continuação

Classificação e mensuração: Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

proporcionais ao período incorrido. Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

Table with columns: Descrição, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras, Total.

Table with columns: Descrição, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Saldo inicial, Receita de remuneração do ativo de concessão, Receita de operação e manutenção.

Table with columns: Descrição, Data, Ações, Valor. Rows include Constituição, Aumento de Capital, Aumento de Capital, Aumento de Capital, Redução de capital, Aumento de capital, Aumento de capital.

Reserva de Capital: Durante o exercício corrente foi aprovado aumento de capital na Companhia, esse aumento foi totalmente subscrito e integralizado pelo Fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações - IE, por meio do aporte de 100% das ações da CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Lucro líquido do exercício, Prejuízo compensado, (+) Reserva legal (5%), (+) Dividendos mínimos obrigatórios (25%), (+) Reserva de lucros a realizar.

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Receita operacional líquida, Receita bruta, Receita de remuneração dos ativos de concessão, Receita de operação e manutenção.

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Despesa administrativa e outras despesas (receitas) operacionais, Despesa administrativa e outras despesas (receitas) operacionais.

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Receitas financeiras, Rendimento - aplicação financeira, Outros, Subtotal, Despesas financeiras.

Table with columns: Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia, Patrimônio Líquido, no Capital Social, no Patrimônio Líquido, Receita líquida, Ativo Passivo do exercício.

Table with columns: Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia, Patrimônio Líquido, no Capital Social, no Patrimônio Líquido, Receita líquida, Ativo Passivo do exercício.

Table with columns: Descrição, Saldo em 2021, Capital distribuído, Equivalência patrimonial, Saldo em 2022. Rows include CGI - Transmissora Campina Grande S.A., Subtotal entidade.

Table with columns: Descrição, Saldo em 2020, Aquisição de investimento, Equivalência patrimonial, Saldo em 2021. Rows include CGI - Transmissora Campina Grande S.A., Subtotal entidade.

Table with columns: Descrição, Controladora 2022, Controladora 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Rows include Empréstimos e financiamentos(a), Debêntures (b), Total, Circulante, Não circulante.

Table with columns: Descrição, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Saldo inicial, Saldo proveniente de incorporação de ações (a), Ingressos de dívidas, Pagamentos principal, Pagamentos juros, Juros incorridos, Custos de transação a amortizar, Amortização do custo, Saldo final.

(a) Conforme nota explicativa nº 1, em 08/06/2021 a Companhia passou a deter 100% das ações da CGI.

Table with columns: Saldo em 2022, Companhia, Patrimônio Líquido, no Capital Social, no Patrimônio Líquido, Receita líquida, Ativo Passivo do exercício, Resultado do exercício.

Table with columns: Saldo em 2021, Companhia, Patrimônio Líquido, no Capital Social, no Patrimônio Líquido, Receita líquida, Ativo Passivo do exercício, Resultado do exercício.

Table with columns: Descrição, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, Após 2028, Total. Rows include Parcelas vencíveis, Emprést. e financiamentos (a), Debêntures (b).

Table with columns: Descrição, Controladora 2022, Controladora 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Rows include Descrições tributárias, Circulante, Não circulante.

Table with columns: Descrição, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Saldo inicial, Saldo proveniente de incorporação de ações (a), Ingressos de dívidas, Pagamentos principal, Pagamentos juros, Juros incorridos, Custos de transação a amortizar, Amortização do custo, Saldo final.

(*) R\$1.370 referente a fiança bancária com banco BNB da controladora CGI.

ICP Brasil logo and QR code with text: Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

17. IRPJ e CSLL correntes: Descrição, 2022, 2021. Lucro presumido base IRPJ (8%), Lucro presumido base CSLL (12%).

18. IRPJ e CSLL diferidos: 2022, 2021. Receita de remuneração de ativos de concessão, Receita de operação de manutenção.

19. Provisões para riscos tributários, ambientais e trabalhistas: 2022, 2021. Ativos financeiros, Caixa restrito, Passivos financeiros.

Ativos financeiros: Valor Contábil, Valor justo, Classificação, Nível. Aplicações financeiras, Caixa restrito.

Passivos financeiros: Debêntures, Fornecedores, 2022, 2021.

Ativos financeiros: Valor Contábil, Valor justo, Classificação, Nível. Equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Caixa restrito.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na

ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31/12/2022.

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$). Índice, % do Índice, Posição em 2022, Cenário Provável, Risco de Redução, Risco de Aumento.

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$). Índice, % do Índice, Posição em 2021, Cenário Provável, Risco de Redução, Risco de Aumento.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2022.

Contas a pagar - Consolidado (em milhares de R\$). Índice, Taxa de Juros média a.a. (*), Posição em 2022, Cenário Provável, Risco de Redução, Risco de Aumento.

Contas a pagar - Consolidado (em milhares de R\$). Índice, Taxa de Juros média a.a. (*), Posição em 2021, Cenário Provável, Risco de Redução, Risco de Aumento.

21. Seguros: Os seguros vigentes em 31/12/2022 e 2021 estão assim compostos:

Responsabilidade civil, Risco Operacional. Valor segurado, Prêmio total, Vigência.

Responsabilidade civil, Risco Operacional. Valor segurado, Prêmio total, Vigência.

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa: Descrição, 2021, Fluxo de Caixa, Movimentação não caixa, amortização custo, Juros, 2022.

DIRETORIA: Carolina Maria Rocha Freitas - Diretora, Bruno Gonçalves Siqueira - Diretor, Ayla Maria Candido Vieira - Contadora.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Apollo 17 Participações S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Apollo 17 Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

do progresso da controlada da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificadas e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria.

anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia e de sua controlada não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado.

Projecção Despesas Financeiras - Um Ano. Risco de Redução, Risco de Aumento. Cenário I (-50%), Cenário II (-25%), Cenário III (+25%), Cenário IV (+50%).

Projecção Despesas Financeiras - Um Ano. Risco de Redução, Risco de Aumento. Cenário I (-50%), Cenário II (-25%), Cenário III (+25%), Cenário IV (+50%).

Movimentação não caixa. Descrição, 2021, Fluxo de Caixa, amortização custo, Juros, 2022.

23. Eventos Subsequentes: Dividendos recebidos: Em 17 de janeiro de 2023, a controlada da Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos na conta de reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais), e este montante foi recebido em 19 de janeiro de 2023.

Da Diretoria: Bruno Gonçalves Siqueira - Diretor, Ayla Maria Candido Vieira - Contadora. Tec. Contabilidade - CRC: CE-012737/O

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. FRANCISCO F. A. NORONHA ANDRADE Contador. CRC-SP-034519/O. CRC-PE-026317/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

continuação

é esperada para o desenvolvimento de um projeto desta natureza. Na medida em que a Companhia se prepara para receber recursos oriundos do financiamento de longo prazo do BNDES (contrato que já se encontra assinado) e com isso melhorar sua situação de liquidez, aportes de acionistas e poder concedentes, bem como eventuais empréstimos ponte são considerados pela companhia para liquidação de suas obrigações de curto prazo.

Table with 3 columns: Ativos financeiros, Circulante, Não Circulante. It lists various financial items like Caixa, Depósitos em garantia, and Passivos financeiros with their respective classifications and values.

A companhia não possui instrumentos financeiros marcados à valor justo. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, a avaliação da Companhia é de que os ativos e passivos acima estariam enquadrados no nível 2 na hierarquia de valor justo caso estivessem marcados a valor justo.

(podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e • Nível 3- Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. (ii) Custo amortizado: Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

Table with 3 columns: Circulante, Não Circulante, Total. It shows the breakdown of financial items into circulating and non-circulating categories.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata a taxa negociada que varia entre 65% e 93% da taxa CDI negociadas com instituição conhecida e solidas no mercado.

Table with 3 columns: 2022, 2021, and an unlabeled column. It contains financial data for 2022 and 2021, including items like Contrato de Cessão Move São Paulo, Contrato Cessão Entidades Financeiras Credenciadas, and Contrato Cessão BNDES.



continuação

auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração dos ativos financeiros da concessão:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.3 e 6 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 5.785.934 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual de receber caixa pelos serviços de construção da linha 6 do metrô de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestação de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras; – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização; – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham**

as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023



KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Walter Malvar Leite da Silva
Contador
CRC RJ-117037/O

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Table with columns: Movéis e utensílios, Obras em andamento, Total, Outros intangíveis, Marcas e patentes, Adiantamento a fornecedores e outros, Total

Contrato de concessão - infraestrutura: O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação Consolidado 2022 2021 Saldo em 31 de dezembro de 2021 1.376.772 (+) Adições 61.741 (-) Baixas (30) (+) Amortizações (77.134) (+/-) Transferências (2.216) Saldo em 31 de dezembro de 2022 1.359.133

13. Empréstimos e financiamentos

Table with columns: Contra-tante, Instituição financeira, Vencimento, Moeda, Encargos financeiros, 2022, 2021

Total 657.401 (1.507) (1.140) Passivo circulante 38.567 16.917 Passivo não circulante 618.834 657.368

(i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;

(v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;

(vi) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

(vii) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e (viii) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

a) Custo de captação: Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias (i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto à Desenbaha e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança cooperativa;

c) Cláusula restritiva ("covenants"): Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2022.

Movimentação Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2021 674.285 (+) Juros incorridos 42.750 (-) Juros pagos (43.368) (+) Amortizações (15.799) (+/-) Custos da transação (467) Saldo em 31 de dezembro de 2022 657.401

Monte Rodovias S.A.

Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Estorcos Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão ("Primeira Emissão de Debêntures");

(ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do "Programa de Exploração Rodoviária - PER".

(iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia;

(iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia;

(v) o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022.

Movimentação Controladora Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2021 92.439 284.469 (+) Captação 60.000 (+) Juros incorridos 7.571 (28.485) (-) Juros pagos (8.991) (51.204) (+) Amortizações (11.203) (-) Custos da transação (1.466) Saldo em 31 de dezembro de 2022 79.816 300.092

Prazos de vencimento Consolidado 2022 2021 2023 11.493 2024 19.542 2025 28.040 2026 33.615 2027 em diante 202.876 Total 295.566

15. Direito de uso e arrendamentos - A Companhia avaluou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que estão dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 7,15% a.a. para a CRA.

Movimentação Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2021 5.445 (+) Adições 9.910 (-) Amortizações (3.868) (+/-) Transferências (4.710) Saldo em 31 de dezembro de 2022 742 7.519

Arrendamento (passivo) Consolidado 2022 2021 3.240 1.554 Passivo circulante 4.253 5.603 Passivo não circulante 7.493 1.757 Total 12.746 7.361

Movimentação Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2021 1.757 (+) Adições 9.910 (+) Apropriação de juros 872 (-) Baixas (10.446) Saldo em 31 de dezembro de 2022 7.493

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 5,79% a.a. para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

Passivo de arrendamento Fluxo real Consolidado 2022 2021 7.493 872 Despesa financeira Fluxo inflacionado Consolidado 2022 2021 7.596 884

A Companhia e suas controladas não possuem outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) - Arrendamento. 16. Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

Table with columns: Cíveis, Trabalhistas, Tributárias, 2022, 2021

Saldo em 31 de dezembro de 2021 4.060 586 Adições 3.198 1.059 Saldo em 31 de dezembro de 2022 7.258 1.645

Em 31 de dezembro de 2022, as Controladas, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 22.365 (R\$ 10.812 em 31 de dezembro de 2021).

17. Provisão para conserva especial - Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentava saldo de R\$ 4.491 no passivo circulante e R\$ 19.336 no passivo não circulante, totalizando R\$ 23.737 (R\$ 14.091 em 31 de dezembro de 2021), referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

(i) R\$ 18.017 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 12,3% a.a.;

(ii) R\$ 103 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 15,3% a.a.

18. Outras obrigações Consolidado 2022 2021 Cotas de FIDC a fundo (a) 9.089 18.134 Contribuição ao lugar sócio ambiental (b) 808 789 Outras obrigações (c) 8.118 4.631 Total 18.015 23.554

adquiridas em 28 de dezembro de 2021. Em 26 de outubro de 2022 foram parcialmente liquidadas no montante de R\$ 9 milhões.

(b) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela controlada CRC, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental;

(c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes. 19. Impostos de renda e contribuição social diferidos - Em 31 de dezembro de 2022, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Prejuízo fiscal e base negativa Diferenças temporárias IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa Ativo diferido, líquido Consolidado 2022 2021 56.454 54.715 (10.139) (15.941) (38.502) 38.502 7.915 272

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir: Período CRC CRA CBN Consolidado 2023 513 1.392 1.403 3.308 2024 850 1.974 870 3.694

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados nos resultados apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e CSLL Consolidado 2022 2021 (45.516) (52.347) 79.768 112.943

20. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264,376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

21. Receitas Consolidado 2022 2021 252.790 160.095 Demanda de risco 3.767 1.518 Receitas acessórias 6.770 3.989

22. Custos Consolidado 2022 2021 (34.272) (16.327) Serviços de terceiros (18.458) (14.676) Materiais, equipamentos e veículos (4.599) (3.207)

23. Despesas gerais e administrativas Consolidado 2022 2021 (23.529) (12.608) Serviços de terceiros (11.655) (16.808) Materiais, equipamentos e veículos (979) -

24. Resultado financeiro, líquido Consolidado 2022 2021 114 23 Rendimentos de aplicação financeira 13.311 3.227 Atualização monetária ativa 472 1.031

25. Lucro (prejuízo) por ação - O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

26. Partes relacionadas - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 20.712 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a emissão de debêntures simples em 05 de outubro de 2022, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única para colocação privada, tendo como única debenturista a sua controlada Verona Holding e Participações Societárias S.A.

27. Contratos - a) Contrato de concessão - CBN: Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521,

Ba-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato. A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

b) Contrato de concessão - CRC: Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão - CRA: O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Julio Cezar Troiano Zogbi - Diretor Presidente Fábio Bonini Tararam Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores Sílvio Roberto Arouca do Amaral Contador CRC BA-033.829/0-5

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Monte Rodovias S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Monte Rodovias S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Valores correspondentes a períodos comparativos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2, a Companhia adquiriu suas controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **1. Receitas de pedágio (Notas Explicativas nos 2.20 e 20): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** As receitas de pedágios das controladas da Companhia são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização das rodovias pelos usuários. O processo de reconhecimento dessas receitas é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação, além de considerar outros aspectos complexos que podem afetar seu reconhecimento. Como consequência, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria devido às receitas de pedágios, incluindo as respectivas informações geradas pelo ambiente de tecnologia de informação das controladas da Companhia, terem requerido a realização de procedimentos de auditoria com envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação que, entre outros procedimentos, examinaram o desenho e efetuaram avaliação e testes de integridade no ambiente de tecnologia da informação, objetivando atestar a suficiência e adequação para suportar o processo de captura, processamento, reconhecimento e divulgação das receitas de pedágios. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, identificamos os sistemas relevantes que suportam o processo de reconhecimento de receitas de pedágios, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados com a operação, segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas relevantes voltados ao citado processo. Realizamos também testes de detalhes nas respectivas transações e testes nas reconciliações fornecidas pelas controladas da Companhia e avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as respectivas informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que as de receita de pedágios, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **2. Ativo intangível – reconhecimento do custo e avaliação do valor recuperável (Notas Explicativas nos 2.14 e 11): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme apresentado na Notas Explicativas nos 2.14 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia reconhece ativo intangível referente aos gastos com recuperações, construções e melhorias realizados nos trechos rodoviários sob concessão decorrentes dos contratos de concessão de duas controladas (cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.359.133 mil). Em atendimento à Interpretação Técnica ICP 01 (R1), esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento aos contratos de concessão e não são registrados como ativo imobilizado, tendo em vista que os contratos de concessão não transferem à Companhia e suas controladas o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. Adicionalmente, considerando a geração recorrente de prejuízos e conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, a administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível no referido período. O reconhecimento desses gastos como ativo intangível impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 21 e nº 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Além disso, tendo em vista que as estimativas e projeções utilizadas na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas às incertezas e aos eventos ou fatores além do controle da administração (especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros que podem trazer impactos significativos na perspectiva de realização do ativo intangível), a relevância dos valores envolvidos e do nível de julgamento requerido para a identificação, valorização, registro e estimativa do prazo de amortização, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e valores capitalizados como ativo intangível (bem como testes de recálculo da amortização e avaliação das premissas utilizadas para a determinação dos respectivos prazos de amortização). Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo de recuperação econômica e avaliamos se os dados considerados no estudo eram razoáveis e suportados de acordo com as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas em estudos anteriores e o respectivo desempenho em comparação com o resultado efetivamente obtido; e (iii) avaliamos as premissas utilizadas na estruturação dos fluxos de caixa projetados e a razoabilidade da taxa de desconto utilizada no modelo econômico-financeiro preparados pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos do ativo intangível, respectivos valores recuperáveis e respectivas divulgações no período apresentado estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **3. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas Explicativas nos 2.16, 12 e 13): Motivo pelo qual o assunto foi tratado como principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, os saldos consolidados dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo circulante e não circulante eram de R\$ 38.567 mil e R\$ 618.834 mil, respectivamente, e o saldo de debêntures no valor de R\$ 295.566 mil, reconhecido no passivo não circulante. Devido ao alto índice de alavancagem financeira e à representatividade dos saldos em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto e necessidade de cumprimento de determinadas cláusulas restritivas ("covenants") por parte da Companhia e de suas controladas que, se não cumpridas, poderiam ocasionar o vencimento antecipado das dívidas, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas, testes substantivos na movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos (incluindo adições, amortizações, recalculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, confirmação dos saldos junto aos credores dos empréstimos e financiamentos, análise e testes de aderência com relação às cláusulas contratuais e restritivas, bem como análise das respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos de empréstimos e financiamentos, assim como as respectivas classificações e divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2023
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/0-1
Edinilson Attizani – Contador CRC 1SP-293.919/0-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

TB Loguer S/A						
CNPJ 41.519.491/0001-69						
Relatório da Administração						
Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2022. <i>A Diretoria</i>						
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais						
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021	
Ativo Circulante	17.629.995	8.608.282	Passivo Circulante	11.897.128	1.340.359	
Disponível	16.508	10.862	Fornecedores	57.288	8.000	
Caixa e Bancos	16.508	10.862	Impostos a Recolher	1.729	101.148	
Créditos	17.613.487	8.597.420	Imposto de Renda	14.417	241.143	
Clientes	9.455.296	2.898.875	Contribuição Social	7.350	88.972	
Outros Créditos	7.415.220	5.698.545	Empréstimos e Financiamentos	11.816.344	901.097	
Impostos a Recuperar	742.971	-	Passivo Não Circulante	47.823.932	70.908.241	
Ativo Não Circulante	45.292.643	65.340.657	Empréstimos e Financiamentos	10.437.460	34.861.582	
Ativo Imobilizado	44.292.643	64.340.657	Coligadas e Controladas	-	2.333.487	
Imobilizado Líquido	44.292.643	64.340.657	Contas a Pagar	37.386.472	33.713.171	
Ativo Intangível	1.000.000	1.000.000	Patrimônio Líquido	3.201.578	1.700.339	
Intangível	1.000.000	1.000.000	Capital Social	1.010.000	1.010.000	
			Reservas	2.191.578	690.339	
Total do Ativo	62.922.638	73.948.939	Total do Passivo	62.922.638	73.948.939	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais						
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total	
Saldo em 31/12/2021	1.010.000	655.822	34.517	-	1.700.339	
Resultado do Exercício	-	-	-	1.501.238	1.501.238	
Constituição de Reserva	-	1.426.177	75.062	(1.501.238)	-	
Saldo em 31/12/2022	1.010.000	2.081.999	109.579	-	3.201.578	
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais						
1) Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.						
2) Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.						
3) O Capital Social é de R\$ 1.010.000,00 representadas por 1.010.000 ações totalmente integralizadas.						
Lídia Leila da Silva – Diretora – CPF 032.719.178-33						
Ronaldo Montanini – Contador – CRC nº 1SP 120.908/O-1						
Parecer dos Auditores Independentes						
Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Loguer S/A. Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.						
3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Loguer S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.						
São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2022.						
Paulo Pereira de Sousa – Responsável Técnico – CRC/MT 007006/O-9 – CNAI 4645						
AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023						

TB Urbem S/A						
CNPJ nº 41.757.463/0001-80						
Relatório da Administração						
Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. <i>A Diretoria</i>						
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais						
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021	
Ativo Circulante	42.537.663	34.519.013	Passivo Circulante	42.367	1.123.950	
Disponível	10.000	10.000	Impostos a Recolher	12.302	16.736	
Caixa	10.000	10.000	Imposto de Renda	20.519	812.540	
Créditos	42.527.663	34.509.013	Contribuição Social	9.547	294.674	
Clientes	11.558.248	4.672.012	Passivo Não Circulante	23.042.202	41.738.869	
Outros Créditos	29.837.002	29.837.002	Coligadas e Controladas	-	229	
Impostos a Recuperar	1.132.412	-	Contas a Pagar	23.042.202	41.738.640	
Ativo Não Circulante	31.200.278	56.621.774	Patrimônio Líquido	50.653.371	48.277.968	
Ativo Imobilizado	30.200.278	55.621.774	Capital Social	48.010.000	48.010.000	
Imobilizado Líquido	30.200.278	55.621.774	Reservas	2.643.371	267.968	
Ativo Intangível	1.000.000	1.000.000				
Intangível	1.000.000	1.000.000				
Total do Ativo	73.737.941	91.140.787	Total do Passivo	73.737.941	91.140.787	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais						
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total	
Saldo em 31/12/2021	48.010.000	254.569	13.398	-	48.277.968	
Resultado do Exercício	-	-	-	2.375.403	2.375.403	
Constituição de Reserva	-	2.256.633	118.770	(2.375.403)	-	
Saldo em 31/12/2022	48.010.000	2.511.203	132.169	-	50.653.371	
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais						
1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.						
2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.						
3. O Capital Social é de R\$ 48.010.000,00 representadas por 48.010.000 ações totalmente integralizadas.						
Lídia Leila da Silva – Diretora – CPF 032.719.178-33						
Ronaldo Montanini – Contador – CRC nº 1SP120.908/O-1						
Parecer dos Auditores Independentes						
Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Urbem S/A. Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.						
3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Urbem S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.						
São Paulo, 31 de Dezembro de 2022.						
Paulo Pereira de Sousa – Responsável Técnico – CRC/MT 007006/O-9 – CNAI 4645						
AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023						

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



TB Facilities S/A					
CNPJ nº 36.275.365/0001-76					
Relatório da Administração					
<p>Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.</p> <p style="text-align: right;">São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022. <i>A Diretoria.</i></p>					
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais			Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais		
	2022	2021		2022	2021
Ativo			Passivo		
Ativo Circulante	6.970.022	7.006.845	Passivo Circulante	8.131	4.172
Disponível	10.000	10.000	Impostos a Recolher	183	1.344
Caixa	10.000	10.000	Imposto de Renda	4.968	1.768
Créditos	6.960.022	6.996.845	Contribuição Social	2.981	1.061
Clientes	-	36.823	Passivo Não Circulante	95.324	626.397
Outros Créditos	6.960.022	6.960.022	Coligadas e Controladas	95.324	2.046
Ativo Não Circulante	1.418.417	1.644.715	Contas a Pagar	-	624.351
Ativo Imobilizado	418.417	644.715	Patrimônio Líquido	8.284.983	8.020.990
Imobilizado Líquido	418.417	644.715	Capital Social	8.010.000	8.010.000
Ativo Intangível	1.000.000	1.000.000	Reservas	274.983	10.990
Intangível	1.000.000	1.000.000	Total do Passivo	8.388.439	8.651.560
Total do ativo	8.388.439	8.651.560			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais					
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	8.010.000	10.441	550	263.993	8.020.990
Resultado do Exercício	-	-	-	263.993	263.993
Constituição de Reserva	-	250.793	13.200	(263.993)	-
Saldo em 31/12/2022	8.010.000	261.234	13.749	-	8.284.983
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais					
<p>1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.</p> <p>2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.</p> <p>3. O Capital Social é de R\$ 8.010.000,00 representadas por 8.010.000 ações totalmente integralizadas.</p>			<p>pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Facilities S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022</p> <p>Paulo Pereira de Sousa – Responsável Técnico CRC/MT 007006/O-9 CNAI 4645 – AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023.</p>		
<p>Lidia Leila da Silva – Diretora – CPF 032.719.178-33</p> <p>Ronaldo Montanini – Contador – CRC nº 1SP 120.908/O-1</p> <p>Parecer dos Auditores Independentes</p> <p>Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Facilities S/A.</p> <p>1) Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas</p>					

Companhia AIX de Participações					
CNPJ/MF nº 04.430.599/0001-54					
Relatório da Diretoria					
<p>Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sas. os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Relativos ao exercício findo em 31/12/2022 e 2021. Colocamo-nos ao interior dispor para os esclarecimentos julgados necessários.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 23 de março de 2023. <i>A Diretoria</i></p>					
Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)		
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	33.926	30.430	Fornecedores	9.655	6.531
Contas a receber	435	406	Obrigações trabalhistas	893	628
Partes relacionadas	8.673	7.402	Impostos e contribuições a recolher	333	235
Impostos a recuperar	436	465	Dividendos a pagar	42	503
Seguros a vencer	142	196	Total do passivo circulante	10.923	7.897
Outros ativos	36	4	Passivo não circulante		
Total do ativo circulante	43.648	38.903	Bônus a pagar	2.441	2.314
Ativo não circulante			Provisão para contingências	15.504	13.547
Partes relacionadas	-	406	Provisão para honorários advocatícios	3.675	4.567
Depósitos judiciais	5.538	5.034	Total passivo não circulante	21.620	20.428
Seguros a vencer	-	132	Patrimônio líquido		
Imobilizado	2.528	2.377	Capital social	18.967	15.824
Intangível	18	24	Reserva legal	95	183
Total do ativo não circulante	8.084	7.973	Reserva de lucros	127	2.544
Total do ativo	51.732	46.876	Total do patrimônio líquido	19.189	18.551
			Total do passivo e patrimônio líquido	51.732	46.876
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)		
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	65.682	55.872			
Custo dos serviços prestados	(58.864)	(46.166)			
Lucro bruto	6.818	9.706			
Receitas (despesas) operacionais			Saldo em 31/12/2020	15.824	97
Com pessoal	(5.111)	(4.508)	Lucro líquido do exercício	-	-
Gerais e administrativas	(2.430)	(2.427)	Constituição de reserva legal	86	(86)
Tributárias	(183)	(95)	Constituição de reserva de lucros	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.729)	(636)	Constituição de dividendos	-	(453)
Outros do resultado financeiro	(2.635)	2.040	Saldo em 31/12/2021	15.824	183
Resultado financeiro			Lucro líquido do exercício	-	-
Resultado financeiro líquido	3.196	146	Constituição de reserva legal	9	(9)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	561	2.186	Constituição de reserva de lucros	-	-
IRPJ e CSLL	(383)	(460)	Constituição de dividendos	-	(42)
Lucro líquido do exercício	178	1.726	Aumento de capital social	3.143	(97)
			Saldo em 31/12/2022	18.967	95
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras					
<p>Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)</p> <p>31/12/2022 31/12/2021</p> <p>Lucro líquido do exercício 178 1.726</p> <p>Outros componentes do resultado abrangente do exercício - -</p> <p>Resultado abrangente do exercício 178 1.726</p>			<p>1. Informações Gerais: A Companhia tem por objetivo social a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como outras atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração comercial de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas, nos termos constantes do contrato de constituição e outras avenças. 2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. 3. Capital social: O capital subscrito e dividido em 298.562.966 ações ordinárias, nominativas, sem emissão de certificados e sem valor nominal, sendo 50% pertencentes à Telecomunicações de São Paulo S.A. ("Vivo") e 50% à Telemar Norte Leste S.A. ("Oi").</p>		
Leonardo Lachman – Diretor Superintendente		Fernando Guerra Leal – Diretor Financeiro		Dayana Cristina Dillalo Quessada – Contadora 1SP 290.043/O-0	

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023

A **Hidroviás do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2023, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; 2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 3. Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 4. Aprovação da remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a ratificação da eleição de 3 (três) membros efetivos do Conselho de Administração. 2. Deliberar sobre a caracterização da independência do candidato para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia. 3. Deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. 4. Deliberar sobre a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia para alteração dos artigos 3º e 32º; e 5. Deliberar pela consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima mencionadas. **Informações Gerais:** 1. Documentos à disposição dos Acionistas: A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, o boletim de voto a distância ("Boletim"), os demais documentos previstos na Resolução CVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 2. Participação e votação na Assembleia: A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral (i.e., até o dia 25 de abril de 2023), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual para Participação da Assembleia Geral. A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. 4. Documentos de representação dos Acionistas: Companhia dispensará a necessidade de notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 5. Votação por meio de boletim de voto a distância: orientações detalhadas acerca da participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive a documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 6. Informações para participação e votação na Assembleia: informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta de Administração da Companhia e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo, 28 de março de 2023. **Felipe Andrade Pinto** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369 – Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023

Allied Tecnologia S.A. ("Allied" ou "Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 14h30, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e § 3º, e artigo 28, §§ 2º e 3º da RCVM 81/22, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.2. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e 1.3. A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2023; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. A reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia com propósito de (i) alterar (a) o Artigo 2º, (b) o parágrafo único do Artigo 10, (c) o parágrafo único do Artigo 18, (d) o caput e Parágrafo Terceiro do Artigo 22, (d) o Parágrafo Quinto do Artigo 23, (e) o caput e alíneas 'a', 'f', 'n', 'p', 'q', 'r', 'w' e 'x' do Artigo 26, (f) a alínea 'b' do Artigo 32, (g) o Parágrafo Segundo do Artigo 39, (h) o Parágrafo Segundo do Artigo 46, (i) a integralidade do Artigo 47 e (j) o Artigo 49; e (ii) excluir o Parágrafo Primeiro do Artigo 46. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância ("Boletim") e todos os demais documentos previstos na RCVM 81/22 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 23º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da RCVM nº 81/22. **Participação dos acionistas na AGOE:** Conforme permitido pela Lei das S.A. e pela RCVM 81/22, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser dar: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e/ou (b) via Plataforma Digital V-Casting ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§ 2º e 3º da RCVM 81/22, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia 26 de abril de 2023 – os seguintes documentos: (i) comprovante ou extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou pela bolsa de valores, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando pessoa jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprovem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º da RCVM 81/22. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através de plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Os Boletins poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e no Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). **Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

Brassinter S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 56.994.460/0001-37
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE

Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S/A Indústria e Comércio** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), no dia 18/04/2023 às 10h00, na sede social da companhia, Avenida Das Nações Unidas, 21.344, SP/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **A) Assembleia Geral Extraordinária:** 1º) Alteração no Estatuto Social da Companhia; **B) Assembleia Geral Ordinária:** 1º) Relatório da administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2022; 2º) Eleição da Diretoria; 3º) Fixação de honorários da Diretoria; 4º) Demais assuntos de interesse da Companhia. Achem-se à disposição dos acionistas na sede da companhia as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2022. São Paulo, 28 de março de 2023. **Ary Frederico Torres Neto** – Diretor Superintendente. (28, 29 e 30/03/2023)

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239
Aviso aos Acionistas

FCBPC Holding S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no caput do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), comunica aos senhores acionistas que se encontram disponíveis na sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conjunto 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e os documentos a que se refere o referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada e realizada oportunamente. Comunicamos ainda que, em consonância com o artigo 133, parágrafo 3º c/c artigo 289 da Lei das S.A., os documentos acima referidos serão oportunamente publicados no jornal "Data Mercantil". São Paulo, 27 de março de 2022. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373
Aviso aos Acionistas

A TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A., com sede na Rua Monsenhor Antonio Pepe, 94, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, comunica aos seus acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia, os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 28/03/2023. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor. (28, 29 e 30/03/2023)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

